

Mudança do Clima e Competitividade na Indústria

Legislações Federal e Estadual de Mudança do Clima

Roberto de Aguiar Peixoto

Sumário da Apresentação

- Contexto e Objetivos das Leis sobre Mudanças do Clima
- Breve Histórico: PNMC, PEMC
- Metas e Principais Aspectos
- Análises e Conclusões

Leis sobre Mudanças do Clima

- **Objetivos Gerais**

- estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais;
- dispor sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas;
- contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.
- compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático.

- **Instrumentos**

- metas de redução de emissões;
- estímulo a formas de transição produtiva com baixo impacto de emissões;
- mitigação/seqüestro de carbono;
- desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação e educação;
- incentivos, sanções;
- fomento de projetos de redução de emissões incluindo o uso de MDL;
- uso de instrumentos financeiros, econômicos e fiscais, inclusive o uso do poder de compra do Estado;
- avaliação Ambiental Estratégica;
- disciplinamento do uso do solo.

Política Nacional de Mudanças Climáticas

PNMC

PNMC – Breve Histórico

- O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) foi criado pelo Decreto no 3.515 em junho de 2000
- Em novembro de 2007, foi promulgado o Decreto nº 6.263, pelo qual o governo criou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima com a função de elaborar a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
- Dezembro de 2008 é lançado o Plano Nacional sobre Mudança do Clima
- Lei Nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 institui a PNMC.
- Fundo Nacional de Mudanças Climáticas recém regulamentado

PNMC – Principais Aspectos

- **Meta de redução das emissões projetadas até 2020: 36,1 a 38,9%;**
- Ações de Mitigação (NAMAs) submetidas a UNFCCC;
- NAMAs: Uso da terra; Agropecuária; Energia; Siderurgia;
- 2º Inventário (publicado até outubro de 2010);
- Inventários e dados fornecidos por entidades públicas e privadas;
- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
- Utilização de instrumentos financeiros e econômicos;
- Projeções de emissões por setor até 2020.

2º Inventário

- Crescimento de 57,8 % nas emissões (1990-2005)
- Mudanças no Uso da Terra e Florestas : 61%
- Agricultura: 19%
- Energia: 15%
- Processos Industriais: 3%
- Tratamento de Resíduos: 2%
- Emissões 2004: 2,6 GtCO₂eq
- Emissões 2005: 2,2 GtCO₂eq
- Emissões 2009: 1,8 GtCO₂eq
- Causa: menor desmatamento na Amazônia

Planos Setoriais

1. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**
2. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado**
3. **Energia**
4. **Agropecuária**
5. **Substituição do Carvão de Desmatamento por Florestas Plantadas na Siderurgia**
6. **Transportes**
7. **Indústria de Transformação e de Bens de Consumo Duráveis**
8. **Indústria Química Fina e de Base**
9. **Indústria de Papel e Celulose**
10. **Mineração**
11. **Indústria da Construção Civil**
12. **Serviços de Saúde**

PNMC – Principais Aspectos

- Este ano estão sendo elaborados os 5 planos setoriais acordados em Copenhagen:
 - Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
 - Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado
 - Energia
 - Agropecuária
 - Substituição do Carvão de Desmatamento pelo de Florestas Plantadas
- Cada Plano Setorial deverá ter o seguinte conteúdo mínimo
 - Desafios
 - Indicadores
 - Descrição das Ações
 - Prazos
 - Fontes de Financiamento
 - Responsabilidades

Planos Setoriais - Copenhagen

- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: Casa Civil – Johaness Eck;
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado: Ministério do Meio Ambiente – Mauro Pires;
- Energia: Empresa de Pesquisa Energética – Maurício Tolmasquim;
- Agropecuária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Derli Dossa;
- Substituição do Carvão de Desmatamento por Florestas Plantadas na Siderurgia: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Marcos Prates.

Cronograma de Implementação da Lei 12.187 de 2009

Ação	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2011
Inventário										
Primeira Revisão do PNMC										
Elaboração de subsídios para Planos Setoriais Compromissados na COP15										
Debate dos Planos Setoriais COP15 com os setores envolvidos										
Conclusão dos Planos Setoriais compromissados na COP 15										
Elaboração dos Planos Setoriais indicados na Lei 12.187 de 2009										

Regulamentação da Lei 12.187/2009

- Lei vincula regulamentação (projeção das emissões e definição das ações) à elaboração do Segundo Inventário Brasileiro;fi
- Haverá mais de um decreto para regulamentar a Lei 12.187;
- A proposta inicial do Governo é a edição do decreto após a elaboração dos cinco primeiros planos setoriais;
- Os compromissos relativos à metodologia, prazos e organização interna do Governo podem ser assumidos no âmbito do FBMC e de normas.

Ações de Mitigação	2020 Tendencial	Amplitude da redução 2020 (mi tCO₂eq)		Proporção de Redução	
Uso da terra	1084	669	669	24,7%	24,7%
Desmatamento na Amazônia (redução de 80%)		564	564	20,9%	20,9%
Desmatamento no Cerrado (redução de 40%)		104	104	3,9%	3,9%
Agropecuária	627	133	166	4,9%	6,1%
Recuperação de Pastos		83	104	3,1%	3,8%
ILP - Integração Lavoura Pecuária		18	22	0,7%	0,8%
Plantio Direto		16	20	0,6%	0,7%
Fixação Biológica de Nitrogênio		16	20	0,6%	0,7%
Energia	901	166	207	6,1%	7,7%
Eficiência Energética		12	15	0,4%	0,6%
Incremento do uso de biocombustíveis		48	60	1,8%	2,2%
Expansão da oferta de energia por hidroelétricas		79	99	2,9%	3,7%
Fontes Alternativas (PCH, bioeletricidade, eólica)		26	33	1,0%	1,2%
Outros	92	8	10	0,3%	0,4%
Siderurgia – substituir carvão de desmate por plantado		8	10	0,3%	0,4%
TOTAL	2703	975	1052	36,1%	38,9%



Política Estadual de Mudanças Climáticas

PEMC

PEMC – Breve Histórico

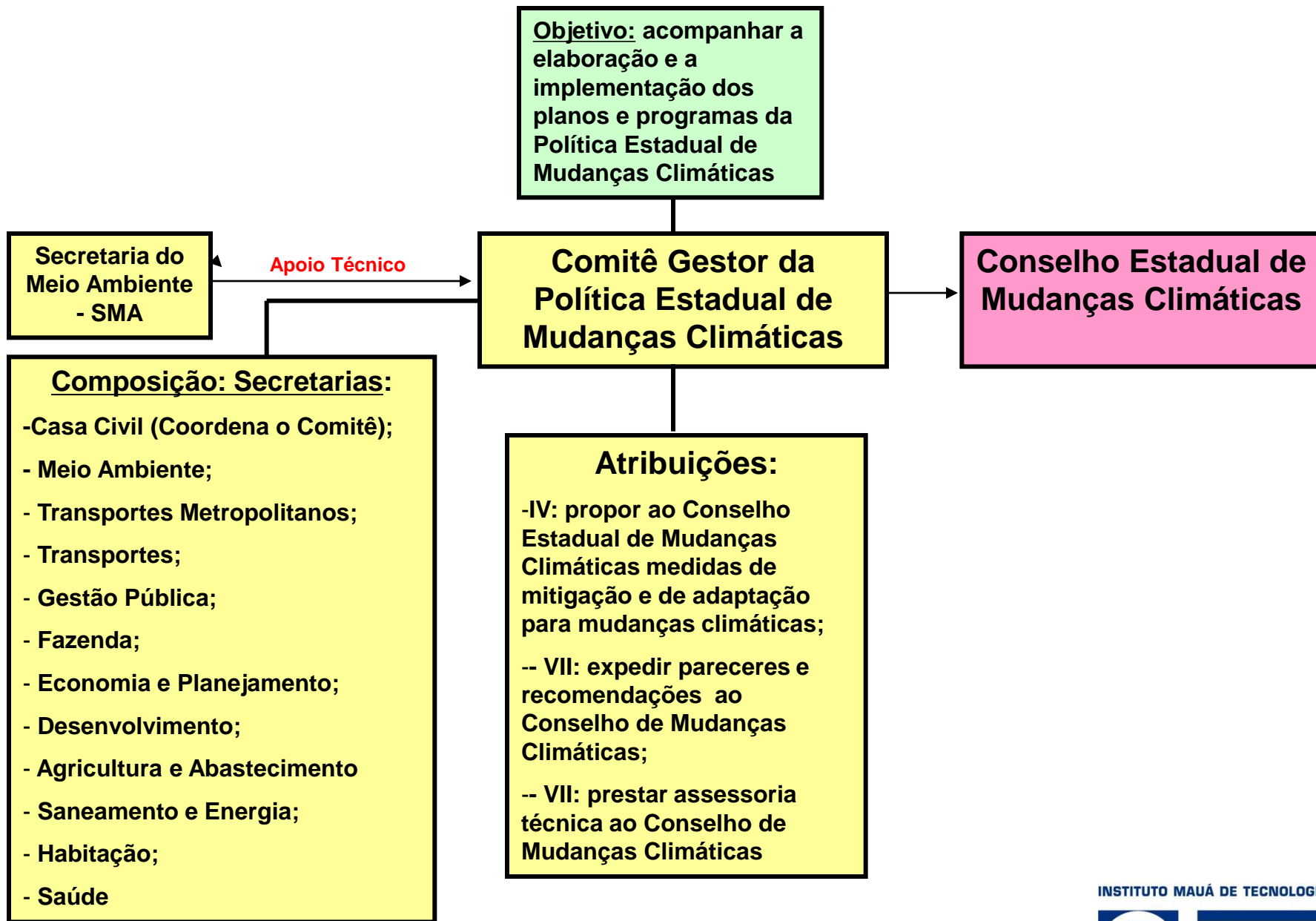
- 01/2008. Consulta Pública do PL da Política Estadual de Mudanças Climáticas, elaborada pela Secretaria Executiva do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, SMA e CETESB-PROCLIMA.
- 02/2009. Poder Executivo encaminhou à ALESP o PL nº 01/2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC
- Lei no 13.798, de 09 de novembro de 2009 Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC,
- PEMC é regulamentada pelo Decreto no 55.947, de 24 de junho de 2010

PEMC – Principais Aspectos

- Meta: Institui o percentual de redução de GEE's (Gases de Efeito Estufa) para o Estado de São Paulo em 20% para o ano de 2020, tendo com base o ano de 2005.
- Define uma nova visão na gestão das Políticas Ambientais do Estado de São Paulo. “Economia Verde” ou de baixo carbono, em desenvolvimento na SMA e na qual a PEMC se insere.
- Determina a elaboração de uma lista de padrões de desempenho ambiental de produtos fabricados e comercializados no território do Estado de São Paulo.
- Criar e manter o Registro Público de Emissões.

PEMC – Principais Aspectos

- Determina a realização de inventário de emissões de GEE no Estado até dezembro de 2010, com proposição de estabelecimento de metas setoriais para abril de 2011;
- Cria o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas;
- Cria o Comitê Gestor de Mudanças Climáticas com o objetivo de assessorar o Conselho;
- Atrela a redução de emissão de GEE ao licenciamento ambiental;
- Determina a elaboração de Plano Estadual de Inovação Tecnológica e Clima até junho de 2011;



Conselho Estadual de Mudanças Climáticas

Caráter consultivo

Finalidade: acompanhar a implantação e fiscalizar a execução da Política Estadual de Mudanças Climáticas

Presidido pelo Governador do Estado de São Paulo (ou pessoal designada)

SMA – Vice-presidência e Secretaria Executiva

Representa o Estado de São Paulo no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Composição:

I – 14 (quatorze) representantes de órgãos e entidades governamentais;

II – 14 (quatorze) representantes municipais;

III – 14 (quatorze) representantes da sociedade civil

Estão previstas Câmaras Temáticas

Objetivos:

- 1- acompanhar as ações para atendimento das diretrizes da PEMC;
- 2- divulgar as ações de combate às mudanças climáticas;
- 3- propor providências para implementar a PEMC;
- 4- propor medidas de mitigação e de adaptação para mudanças climáticas;
- 5- verificar o cumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos na Lei 13798 de 09/11/2009;
- 6 – apoiar a realização de estudos, pesquisas e ações para implementação da PEMC;
- 7- articular ações nos diferentes níveis do governo;
- 8- acompanhar a proposição e o cumprimento da meta global e das metas setoriais intermediárias;
- 9 – tornar públicas as ações da PEMC;
- 10 – realizar audiências públicas para debate de temas de relevância, isolada ou conjuntamente com outras instituições, quando definido pelo plenário e/ ou presidente do Conselho;
- 11- expedir pareceres e recomendações, no âmbito das suas atribuições;
- 12- elaborar o plano Participativo de Adaptação aos efeitos das Mudanças Climáticas;
- 13- conscientizar e mobilizar a sociedade paulista para a discussão sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais, a necessidade da conservação da diversidade biológica do planeta e a promoção da sinergia entre mudanças climáticas e biodiversidade, exercendo o papel de fórum paulista de mudanças Climáticas;
- 14- aprovar seu Regimento Interno.

Conselho Estadual de Mudanças Climáticas

Composição

14 (quatorze) representantes de órgãos e entidades governamentais:

- a) Governador do Estado;
- b) o Secretário do Meio Ambiente;
- c) o Secretário de Desenvolvimento;
- d) o Secretário dos Transportes;
- e) o Secretário dos Transportes Metropolitanos;
- f) o Secretário de Agricultura e Abastecimento;
- g) o Secretário da Saúde;
- h) o Secretário da Fazenda;
- i) o Secretário de Economia e Planejamento;
- j) o Secretário de Saneamento e Energia;
- k) o Secretário da Cultura, em rodízio com o Secretário da Educação;
- l) o Procurador Geral do Estado;
- m) o Diretor Presidente da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;
- n) o Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. – IPT

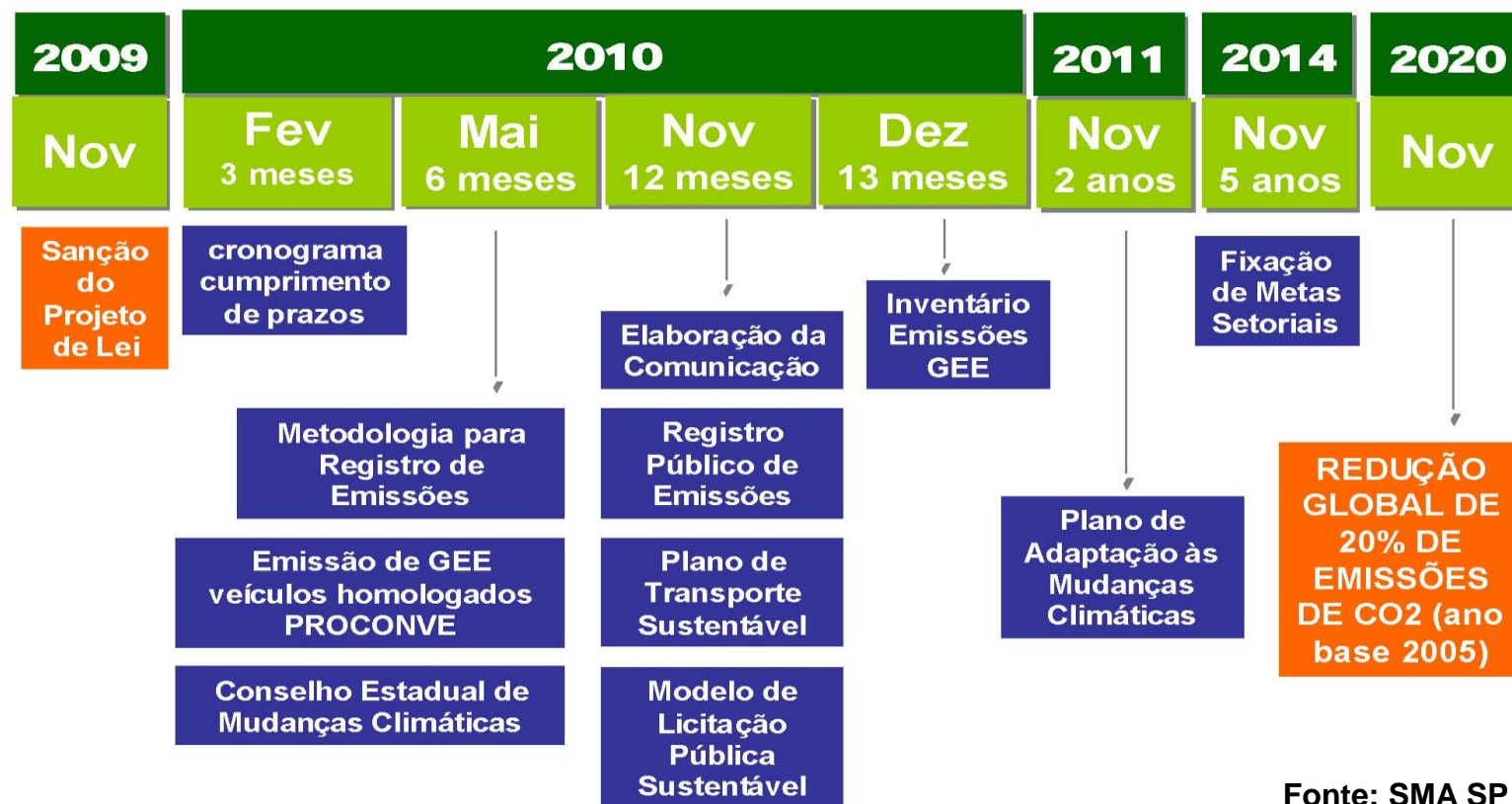
14 (quatorze) representantes municipais:

- a) o Prefeito do município sede da Região Metropolitana de São Paulo;
- b) o Prefeito do município sede da Região Metropolitana da Baixada Santista;
- c) o Prefeito do município sede da Região Metropolitana de Campinas;
- d) o Prefeito Municipal eleito por seus pares, no âmbito dos grupos especificados a seguir, por maioria simples de votos, por Comitê de Bacia Hidrográfica:
 - 1. primeiro grupo - Alto Tietê;
 - 2. segundo grupo - Paraíba do Sul e Mantiqueira;
 - 3. terceiro grupo - Litoral Norte e Baixada Santista;
 - 4. quarto grupo - Alto Paranapanema e Ribeira de Iguape;
 - 5. quinto grupo - Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema;
 - 6. sexto grupo - Aguapeí e Peixe e Baixo Tietê;
 - 7. sétimo grupo - Tietê/Batalha e Tietê/Jacaré;
 - 8. oitavo grupo - Turvo/Grande e São José dos Dourados;
 - 9. nono grupo - Sapucaí/Grande e Baixo Pardo/Grande;
 - 10. décimo grupo - Pardo e Mogi-Guaçu;
 - 11. décimo primeiro grupo - Piracicaba/Capivari/Jundiá e Tietê/Sorocaba. e a promoção da sinergia entre mudanças climáticas e biodiversidade, exercendo o papel de fórum paulista de mudanças Climáticas.

14 (quatorze) representantes da sociedade civil:

- a) 1 (um) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;
- b) 1 (um) da Federação das Empresas de Transporte de São Paulo - FETCESP;
- c) 1 (um) da Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO;
- d) 1 (um) da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP;
- e) 1 (um) da União da Indústria de Cana-de-Açúcar - Única;
- f) 1 (um) de universidades públicas paulistas, com rodízio entre Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;
- g) 1 (um) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP;
- h) 1 (um) da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE;
- i) 1 (um) do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS;
- j) 1 (um) de universidades privadas atuantes no âmbito do Estado de São Paulo;
- k) 3 (três) de entidades ambientalistas, com atuação efetiva na defesa ou preservação do meio ambiente e no combate as mudanças climáticas;
- l) 1 (um) de entidade da sociedade civil, com atuação efetiva na temática de padrões de produção e consumo.

Cronograma de Compromissos – Política Estadual de Mudanças Climáticas



Fonte: SMA SP

Conclusões

- Necessidade de definições sobre metas setoriais PNMC e PEMC. Quem reduz quanto, quando?
- Gestão das Políticas Ambientais do Estado de São Paulo. “Economia Verde” ou de baixo carbono
- Detalhes dos cenários de referência (PNMC).
- Medidas de incentivo e linhas de financiamento. Desoneração da economia de baixo carbono
- Interação e harmonização da PNMC com a PEMC.

Conclusões

- Financiamento externo: obrigação dos países desenvolvidos
- Impactos
 - Negativos/positivos
 - Custos/competitividade
 - Projetos MDL (adicionalidade)
 - Inovação/ competitividade comercio internacional
 - Licenciamento ambiental
- Participação da sociedade nas discussões/decisões na discussão e regulamentação das políticas. Diálogo governo-setor privado
- Inventários de emissões : complementar/aprimorar dados do Inventário nacional e paulista
- Política de transportes sustentáveis e dos modais de transportes (PEMC)